



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

Aos 19 dias do mês de abril de 2022, pelas 16:02 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;**
- 2. Nomeação de Deputado autor de parecer da CAE no âmbito de iniciativas legislativas - Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022**  
**Deputado autor de Parecer: Cabe ao PS**
- 3. Nomeação de Deputado autor de parecer no âmbito do Relatório Anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia 2021**  
**Deputado autor de Parecer: Cabe ao PSD;**
- 4. Nomeação dos Deputados que participam nos Grupos de Trabalho da COSAC sobre:**
  - O papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia (2 Deputados);
  - O lugar dos valores no centro do sentimento de pertença à União Europeia (2 Deputados);**Cabem 3 Deputados ao PS e 1 Deputado ao PSD**
- 5. Nomeação de um Deputado da Comissão de Assuntos Europeus para integrar a Delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre a «Responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros», a decorrer no dia 21/04/2022, por videoconferência: Cabe ao PSD;**
- 6. Nomeação de quatro Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para integrar a Delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre «O mecanismo de subsidiariedade da UE», a decorrer no dia 25/04/2022, por videoconferência: Cabem 3 Deputados ao PS e 1 Deputado ao PSD;**
- 7. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;**
- 8. Conferência sobre o Futuro da Europa;**



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

9. Outros assuntos;

10. Apreciação e votação da ata n.º 1 de 13 de abril de 2022.

---

#### 1. Informações

Abriu a reunião o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos que, após os cumprimentos habituais, informou que doravante, de acordo com as regras estabelecidas na Conferência de Líderes, as próximas reuniões da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) terão lugar em formato exclusivamente presencial, à exceção dos Deputados que se encontrem em isolamento profilático, que poderão participar nas reuniões por videoconferência.

#### 2. Nomeação de Deputado autor de parecer da CAE no âmbito de iniciativas legislativas - Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022

**Deputado autor de Parecer: Cabe ao PS**

O Presidente deu nota da baixa à Comissão da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, referindo que, atendendo ao prazo estabelecido para a apresentação do parecer, o mesmo seria aprovado na próxima reunião ordinária da CAE de 26 de abril.

Em seguida, o grupo parlamentar do PS indicou o Deputado Carlos Brás como autor do parecer.

#### 3. Nomeação de Deputado autor de parecer no âmbito do Relatório Anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia 2021

**Deputado autor de Parecer: Cabe ao PSD**

O grupo parlamentar do PSD indicou o Deputado Paulo Moniz como autor do parecer.

**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

**4. Nomeação dos Deputados que participam nos Grupos de Trabalho da COSAC sobre:**

- O papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia (2 Deputados);
- O lugar dos valores no centro do sentimento de pertença à União Europeia (2 Deputados);

**Cabem 3 Deputados ao PS e 1 Deputado ao PSD**

O Presidente da Comissão introduziu o presente ponto da ordem de trabalhos, aludindo ao objetivo e funcionamento da COSAC. Neste contexto, mencionou que os grupos de trabalho da COSAC foram estabelecidos no âmbito da Presidência francesa do Conselho da União Europeia, não existindo informação quanto à sua continuidade durante a presidência Chéquia. Referiu ainda que, devido ao período de dissolução da Assembleia da República (AR), não foi possível nomear deputados para integrar os referidos grupos de trabalho mas, estando prevista a ocorrência de mais reuniões, sugeriu a realização dessa nomeação, o que mereceu a concordância dos presentes.

Assim, no que se refere ao grupo de trabalho “O papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia”, o grupo parlamentar do PS indicou o Deputado Miguel Iglésias e o grupo parlamentar do PSD indicou o Deputado Paulo Moniz.

Quanto ao grupo de trabalho “O lugar dos valores no centro do sentimento de pertença à União Europeia”, o grupo parlamentar do PS indicou os Deputados Rosário Gambôa e Rui Lages.

**5. Nomeação de um Deputado da Comissão de Assuntos Europeus para integrar a Delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre a «Responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros», a decorrer no dia 21/04/2022, por videoconferência: Cabe ao PSD**

O grupo parlamentar do PSD indicou a Deputada Catarina Rocha Ferreira para integrar a delegação.



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

#### **6. Nomeação de quatro Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para integrar a Delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre «O mecanismo de subsidiariedade da UE», a decorrer no dia 25/04/2022, por videoconferência: Cabem 3 Deputados ao PS e 1 Deputado ao PSD**

O grupo parlamentar do PS indicou os Deputados Cristina Mendes da Silva, Miguel Iglésias e Romualda Fernandes e o grupo parlamentar do PSD indicou o Deputado Sérgio Marques para integrar a delegação.

#### **7. Deliberação sobre a constituição do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias**

O Presidente da Comissão introduziu o presente ponto da ordem de trabalhos, explicado o procedimento de escrutínio, o papel das Comissões Parlamentares Permanentes e o prazo de 8 semanas para a realização do escrutínio pelos Parlamentos nacionais. Ademais, aludiu à existência de uma metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, que prevê, a título de exemplo, a criação da figura de relatores permanentes na Comissão de Assuntos Europeus pelo que, tendo em vista uma análise mais aprofundada da referida metodologia, sugeria o adiamento do presente ponto, o que não mereceu oposição dos presentes.

#### **8. Conferência sobre o Futuro da Europa**

O Presidente da Comissão procedeu à contextualização da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), aludindo ao seu funcionamento e aos copresidentes, representantes das três instituições europeias: Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia. Referiu, também, a existência de uma plataforma digital multilingue e a criação de painéis de cidadãos, cujas recomendações, depois de analisadas pelos grupos de trabalho, consubstanciarão propostas de conclusões que serão submetidas ao plenário da CoFE e endossadas às instituições europeias.

Concluiu mencionando que algumas das propostas apresentadas pelos cidadãos já foram identificadas pelas instituições europeias, existindo medidas concretas quanto às

## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

mesmas. Relativamente às matérias menos consensuais que poderão constar das referidas propostas, ressaltou que não existem garantias de que as instituições europeias adotem ações concretas quanto às mesmas, o que acarreta o risco de não ser dado seguimento às propostas dos cidadãos.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Rosário Gambôa (PS) que integra o grupo de trabalho da CoFE sobre educação, cultura, juventude e desporto, que começou por destacar que as conclusões apresentadas pelo grupo de trabalho consubstanciam programas já existentes na União Europeia e que as mesmas estão organizadas em torno de três grandes eixos: educação, juventude e cultura e desporto.

Quanto à educação, sublinhou o objetivo de implementar um espaço europeu de educação, a importância de existir uma maior cooperação entre os sistemas educativos, a equivalência de diplomas, a pertinência de promover uma educação cívica sobre a democracia e os valores europeus, o recurso às competências digitais e às *soft skills*, a melhoria do pensamento crítico e da literacia mediática, o combate à desinformação e às notícias falsas, e da integração das matérias ecológicas nos programas do ensino básico. Aludiu ainda ao *bullying* e ao racismo, bem como à importância da formação de professores e à criação de uma plataforma para a partilha de conteúdos neste contexto. Sobre a juventude, destacou a participação dos jovens nos processos democráticos, a organização de painéis de jovens para o intercâmbio de ideias, a discussão da diminuição da idade de voto para o Parlamento Europeu para 16 anos, o combate ao desemprego jovem, o incentivo à aprendizagem ao longo da vida, à promoção de estágios remunerados, ao programa «Garantia para a juventude», ao alargamento da proteção social aos jovens, a aposta em medidas que combatam a fuga de cérebros e a importância de elaborar planos que minimizem os efeitos das crises nos jovens. Ao nível da cultura e do intercâmbio salientou a pertinência de promover os intercâmbios europeus através de programas como o ERASMUS+, o Corpo Europeu de Solidariedade e o *Discovery EU*, a existência de passes culturais, a partilha de culturas e consequente aproximação de pessoas, a celebração de eventos/dias específicos a nível europeu e, por último, as questões relativas ao estatuto jurídico dos artistas.

Em matéria de desporto, ressaltou os valores associados à vida saudável e os benefícios do desporto, as questões relacionadas com o envelhecimento e a importância de incluir as atividades desportivas nos programas de intercâmbio. Ressaltou a

## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

pertinência de promover a prática de desportos locais e tradicionais, que exaltem a cultura europeia assente na diversidade, bem como a realização de eventos interdesportivos, com a participação de equipas a nível europeu, que exibam a bandeira da União Europeia e, ainda, a promoção da semana europeia do desporto.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Paulo Moniz (PSD), que integra o grupo de trabalho da CoFE sobre a transformação digital, referindo o consenso existente no grupo sobre as temáticas debatidas. Seguidamente, destacou a realização do evento nacional realizado em Aveiro, dedicado à temática digital e aludiu a dois aspetos concretos discutidos no âmbito do grupo de trabalho, relacionados com a guerra na Ucrânia, nomeadamente: a ciberdefesa (as ações de natureza cibernética que configuram operações militares e que tem impacto na ofensiva russa) e a transferência para a posse da Rússia, de dados pessoais dos cidadãos ucranianos, o que levanta uma questão de saber em que medida se perpetuará a influência do invasor, cessado o conflito.

Mencionou, ainda, a criação, no âmbito do grupo de trabalho, de um consenso quanto às linhas de atuação na União Europeia, em matéria de digital, sobretudo nas seguintes áreas: acesso à infraestrutura digital, literacia digital e capacitação da população europeia, segurança e confiança no meio digital e, por último, a proteção de dados e a transposição do Regulamento Geral para a Proteção de Dados, em toda a União Europeia. Aludiu, também, a relação entre a transição digital e a economia, a incorporação da dimensão digital nas legislações nacionais e a dimensão cibernética de proteção de defesa.

Interveio neste contexto a Deputada Rosário Gamboa (PS), para destacar a questão relacionada com a utilização dos dados pessoais dos ucranianos, felicitando a identificação e a importância desta questão.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Isabel Meirelles (PSD) que integra o grupo de trabalho da CoFE dedicado ao tema da democracia europeia, começando por sublinhar as conclusões dedicadas à promoção do envolvimento dos jovens nestas questões, através de uma maior publicidade dos assuntos europeus. Referiu a importância de implementar mais mecanismos de participação, promovendo a participação dos jovens e das entidades locais e regionais no processo decisório. Aludiu à União Europeia

## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

enquanto federação de Estados, confederação de Estados ou organização política não identificada e referiu que de acordo com as recomendações deste grupo, a linguagem utilizada dever ser mais simplificada, importando garantir a tradução simultânea e a liberdade dos media em todos os Estados-Membros, exemplificado os casos da Polónia e Hungria, e a sua relação com a identidade europeia. Referiu que foram abordadas questões relacionadas com as eleições para o Parlamento Europeu e a sua relação com a abstenção, aludindo, ainda, à criação de listas transnacionais, à implementação do *spitzenkandidat* e à disponibilização do voto eletrónico. Referiu o reforço do princípio da subsidiariedade, através da reforma do Comité das Regiões e do Comité Económico e Regional, a importância de simplificar a nomenclatura das instituições europeias, a pertinência de rever a regra da unanimidade e a sua relação com a revisão dos Tratados. Destacou, por último, o papel da FRONTEX e da Agência da União Europeia para o Asilo neste contexto.

Por fim, interveio o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, que integra o grupo de trabalho da CoFE, dedicado ao tópico migração, referindo que foram inventariadas as necessidades conhecidas nestas matérias, a fim de serem apresentadas medidas concretas para o seu combate. A discussão do tema da migração foi subdividida em três questões: migração legal, migração irregular e asilo e integração. Quanto à primeira questão, as propostas sugeriam a implementação de uma plataforma de emprego na União Europeia e a criação de uma agência para emigrantes, que permitisse o acesso de nacionais de países terceiros, às propostas de emprego nos Estados-Membros. Mencionou a pertinência da simplificação do processo burocrático associado à migração legal, a implementação da Diretiva «Cartão Azul» (alertando para o risco associado à fomentação da fuga de cérebros), a harmonização dos direitos dos trabalhadores a nível europeu e o reforço do papel dos sindicatos. Relativamente à migração irregular, destacou as propostas de intensificar o apoio prestado aos países de origem, com maior fluxo de migrantes, promovendo uma maior cooperação com estes países. De acordo com as recomendações, deve ser assegurada a proteção das fronteiras externas, uma maior transparência e mais competências para a FRONTEX, mais medidas de garantia da segurança e saúde dos migrantes à chegada aos países de acolhimento e o aumento o apoio financeiro concedido às autoridades locais dos países de acolhimento. Em relação ao asilo e integração, referiu que foram defendidas regras comuns sobre a



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

análise dos pedidos de asilo, harmonizadas entre todos os Estados-Membros, a simplificação e rapidez da análise dos pedidos de asilo, que poderia combater-se através da implementação de um Balcão Único dedicado a esta matéria, a revisão do sistema de Dublin, visando uma distribuição equitativa dos requerimentos de asilo entre os Estados, a melhoria das condições de receção e acomodação do requerentes de asilo, a concessão de especial atenção aos menores, sobretudo os não acompanhados, o reforçar do mandato e o aumento dos recursos humanos e financeiros da Agência da União Europeia para o Asilo e, por fim, a garantia de que os requerentes de asilo beneficiam de medidas de integração como a aprendizagem de línguas.

Findas as apresentações, o Presidente enfatizou o papel da Comissão de Assuntos Europeus no escrutínio das iniciativas europeias futuras, visando o acompanhamento do seguimento dado às propostas resultantes da Conferência, pelas instituições europeias.

Interveio o Deputado Bruno Nunes (CH) que destacou o facto de, durante as apresentações, ter sido referido que as propostas apresentadas não acrescentam novidades e revestem um carácter vago, existindo algumas que já se encontram em execução. Mencionou, também, que uma maior participação dos cidadãos poderia estar relacionada com uma maior promoção e comunicação da Conferência, evitando pôr em causa as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho.

Neste contexto, o Presidente deu nota da ambição associada ao objetivo da Conferência, nomeadamente o de dar voz aos cidadãos, numa espécie de conciliação entre a democracia direta e a democracia representativa, apesar dos cidadãos não terem sido eleitos. Referiu que alguns dos cidadãos que integram a Conferência, apesar de desconhecerem as instituições europeias, transmitiram as suas preocupações que, em alguns casos, coincidem com o trabalho que atualmente já está a ser desenvolvido, ou outras que são de difícil concretização.

#### **9. Outros assuntos;**

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus começou por referir que, devido à dissolução da Assembleia da República, não foi realizada a audição na Comissão de



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

Assuntos Europeus, para a apresentação das prioridades da Presidência francesa do Conselho da União Europeia sugerindo a sua realização no fim do presente semestre com o objetivo de ser apresentado o balanço das atividades da presidência francesa, o que mereceu a concordância dos presentes.

Seguidamente, mencionou que, no âmbito do escrutínio das iniciativas europeias, em particular do Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) e, nos termos da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, é realizada uma audição pública, no início do ano a que o documento respeita, tendo em vista a sua apresentação por um Comissário Europeu. Neste sentido, atendendo à interrupção dos trabalhos da Comissão devido à apreciação da proposta de lei referente ao Orçamento de Estado, questionou o Presidente se se deveria realizar a audição pública, após a suspensão dos trabalhos, previsivelmente a partir de junho.

Interveio o Deputado Paulo Moniz (PS) que manifestou o acordo do seu grupo parlamentar com a realização da audição, referindo que a apresentação do PTCE poderia incidir não só sobre o documento, mas também sobre a perspetiva da sua aplicação concreta durante o 1.º semestre de 2022. A presente sugestão não mereceu oposição dos presentes, concluindo o Presidente que, caso exista oportunidade em termos de calendário, proceder-se-ia ao agendamento da audição pública.

Em seguida, o Presidente informou sobre a realização da reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de março, à qual se deveria seguir, nos termos da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, a realização de uma audição para avaliação das conclusões do Conselho Europeu, com a presença do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Neste sentido, sugeriu o Presidente que fossem estabelecidos os contactos com o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus a fim de agendar a realização da referida audição, o que não mereceu a oposição dos presentes.

O Presidente deu ainda nota de que decorre da referida lei, a realização em Plenário de um debate sobre os diversos instrumentos da governação económica da União



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

Europeia, o qual poderá ter lugar em junho, propondo, em seguida, que nas próximas reuniões pudessem ser discutidos os projetos do plano de atividades e do regulamento da Comissão e que pudesse ser tirada a foto oficial da Comissão, o que não mereceu oposição dos presentes.

#### **10. Apreciação e votação da ata n.º 1 de 13 de abril de 2022.**

O Presidente da Comissão submeteu a ata à apreciação dos membros da Comissão, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do grupo parlamentar do BE.

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2022.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Edite Estrela (PS)  
João Paulo Rebelo (PS)  
João Torres (PS)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Luís Capoulas Santos (PS)  
Miguel Iglésias (PS)  
Pedro Cegonho (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Rui Lage (PS)  
Catarina Rocha Ferreira (PSD)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
João Moura (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Ricardo Sousa (PSD)  
Tiago Moreira De Sá (PSD)  
Bruno Nunes (CH)  
Bernardo Blanco (IL)  
Diana Ferreira (PCP)  
Ana Bernardo (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Francisco Pereira De Oliveira (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Romualda Nunes Fernandes (PS)  
Susana Correia (PS)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Maria Emilia Apolinário (PSD)  
Paulo Ramalho (PSD)  
Sofia Matos (PSD)  
Filipe Melo (CH)  
Patrícia Gilvaz (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Natália Oliveira (PS)  
Sérgio Marques (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)



**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 2/XV/ 1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---